



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA**  
**Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

|                                         |                             |
|-----------------------------------------|-----------------------------|
| Processo: 202080000129                  | Distribuição: 29/01/2020    |
| Número Único: 0000130-30.2020.8.25.0062 | Competência: Porto da Folha |
| Classe: Procedimento Comum              | Fase: POSTULACAO            |
| Situação: Andamento                     | Processo Principal: *****   |
| Processo Origem: *****                  |                             |

**Assuntos**

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita  
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

**Dados das Partes**

Requerente: JOSE DE ARAGAO LIMA  
Endereço: RODOVIA NITERÓI  
Complemento:  
Bairro: ZONA RURAL  
Cidade: PORTO DA FOLHA - Estado: SE - CEP: 49800000  
Advogado: JOSÉ JEOVANY DA SILVA 12367/AL  
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
Endereço: Rua Senador Dantas  
Complemento: 5º ANDAR  
Bairro: Centro  
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: - CEP: 20031205



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA  
Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA  
Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202080000129

**DATA:**

29/01/2020

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202080000129, referente ao protocolo nº 20200128203906233, do dia 28/01/2020, às 20h39min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



( / )



Buscar no site

A  
COMPANHIASEGURO  
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-  
Atendimento)CENTRO DE DADOS E  
ESTATÍSTICASSALA DE  
IMPRESSATRABALHE  
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados e o parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

## SINISTRO 3190552072 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE DE ARAGAO LIMA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO INVESTPREV SEGUROS E PREVIDENCIA

BENEFICIÁRIO JOSE DE ARAGAO LIMA

CPF/CNPJ: 00211089516

## Posição em 27-01-2020 13:40:42

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00


Juros e Correção: R\$00.000,00

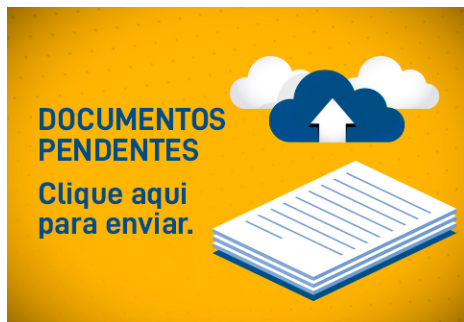
Valor Total: R\$00.000,00

| Data do Pagamento | Valor da Indenização | Juros e Correção | Valor Total  |
|-------------------|----------------------|------------------|--------------|
| 11/10/2019        | R\$ 1.687,50         | R\$ 0,00         | R\$ 1.687,50 |

## Histórico das correspondências enviadas

| Data da Carta | Referência                      | Ver Carta                                                                                                                                       |
|---------------|---------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 20/10/2019    | PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO        | (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/k1p0K+UT6WwMoqJjgUIapi_key=YRpHjzVJQ7d6yFt7Hy1naRIBMAAljr1IAwaiyu__7gSo=)   |
| 02/10/2019    | INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE | (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/CiA5q6HaGDB7BBQxoStNyapi_key=YRpHjzVJQ7d6yFt7Hy1naRIBMAAljr1IAwaiyu__7gSo=) |

|            |                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|------------|------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 28/09/2019 | ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT | <br>( <a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/k1p0K+UT6WwMoqljgURVjapi_key=YRpHjzVJQ7d6yFt7Hy1naRIBMAAljr1IAwaiyu__7gSo=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/k1p0K+UT6WwMoqljgURVjapi_key=YRpHjzVJQ7d6yFt7Hy1naRIBMAAljr1IAwaiyu__7gSo=</a> ) |
|------------|------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|



(<https://documentospendentes.seguradoralider.com.br/>)

### Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)

### ACESSIBILIDADE



(</Pages/Acessibilidade.aspx>)



(</Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx>)

A A A 

### COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



Documentos Despesas Médicas (</Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx>)

Documentos Invalidez Permanente (</Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx>)

Documentos Morte (</Pages/Documentacao-Morte.aspx>)

Dicas Indispensáveis (</Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx>)

### PAGUE SEGURO



Como Pagar (</Pages/Saiba-como-pagar.aspx>)

Consulta a Pagamentos Efetuados (</Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx>)

### ACOMPANHE O PROCESSO



Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (</Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx>)

(<https://www.seguradoralider.com.br>)

([https://www.fuspo.com.br/seguro-dpvat/SeguradoraLiderDPVAT\\_oficial/](https://www.fuspo.com.br/seguro-dpvat/SeguradoraLiderDPVAT_oficial/))  
I%C3%ADder-  
dpvat)

## Serviços

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

## Dúvidas e Respostas

- › A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)
- › Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- › Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- › Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)
- › Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)
- › Perguntas Frequentes (/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes)

## Atendimento

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefonos-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)



(<https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288>)

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)


Nome: José de Aragão Lima

Relatório Médico

Paciente do sexo masculino, 50 anos, portador de HAS e osteoartrite.

No dia 18/01/19, segundo relato do paciente, sofreu acidente de motocicleta, com fratura de tornozelo direito, foi tratado de forma conservadora, sem realizar cirurgia.

Agora, apresenta diminuição do pé reduzida. Consegue caminhar. Realiza alta definitiva do acompanhamento com ortopedista.

  
Dr. Lucas Feitosa de Souza  
Médico  
CRM-SE 6282

24/09/19



MS/DATASUS

HOSPITAL REGIONAL DE NOSSA SENHORA DA GLORIA

No. DO BE: 397622  
CNS:DATA: 18/01/2019 HORA: 09:34 USUARIO: MKSANTOS  
SETOR: 02-CONSULTORIO ADULTO

## IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : JOSE DE ARAGAO LIMA DOC...: 1023-973  
IDADE.....: 50 ANOS NASC: 07/12/1968 SEXO...: MASCULINO  
ENDERECO.....: POVOADO LAGOA GRANDE NUMERO: 0  
COMPLEMENTO...: 700307997550935 BAIRRO: ZONA RURAL  
MUNICIPIO.....: PORTO DA FOLHA UF: SE CEP....: 49800-000  
NOME PAI/MAE...: ARMANDO ALVES LIMA /MARIA DE ARAGAO LIMA  
RESPONSAVEL...: O PROPRIO TEL....: 079  
PROCEDENCIA...: PORTO DA FOLHA-SE  
ATENDIMENTO...: TRAUMA  
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO  
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [ X ] mmHg ] PULSO: [ ] TEMP.: [ ] PESO: [ ]

EXAMES COMPLEMENTARES: [ ] RAIO X [ ] SANGUE [ ] URINA [ ] TC  
[ ] LIQUOR [ ] ECG [ ] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [ ] SIM [ ] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

DATA DA SAIDA: / /

ALTA: [X] DECISAO MEDICA [ ] A PEDIDO [ ] EVASAO  
[ ] ENCAMINHADO AO AMBULATORIOHORA DA SAIDA: 09:55  
COBEN/SE: 568284

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [ ] ATE 48HS [ ] APOS 48HS [ ] FAMILIA [ ] IML [ ] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

Dr. Agamenon Gomes Jr.  
Clínica Médica / Cirurgia  
CRM-SE 3855



MS/DATASUS

HOSPITAL REG DR PEDRO GARCIA MORENO

No. DO BE: 614783  
CNS:

DATA: 18/01/2019 HORA: 11:16 USUARIO: AGTOLIVEIRA  
SETOR: 04-ORTOPEDIA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : JOSE DE ARAGAO LIMA  
IDADE.....: 50 ANOS NASC: 07/12/1968  
ENDERECO.....: LAGOA GRANDE  
COMPLEMENTO....: CASA BAIRRO: ZR  
MUNICIPIO.....: PORTO DA FOLHA  
NOME PAI/MAE...: ARMANDO ALVES LIMA  
RESPONSAVEL....: O FILHO  
PROCEDENCIA....: PORTO DA FOLHA - SE  
ATENDIMENTO....: OUTROS  
CASO POLICIAL..: NAO  
ACID. TRABALHO: NAO

DOC....: 1023973  
SEXO...: MASCULINO  
NUMERO:  
UF: SE CEP....: 49800-000  
/MARIA DE ARAGAO LIMA  
TEL....: 0000000000  
00

PLANO DE SAUDE.....: NAO  
VEIO DE AMBULANCIA: NAO

TRAUMA: NAO

PA: [ X mmHg ] PULSO: [ ] TEMP.: [ ] PESO: [ ]

EXAMES COMPLEMENTARES: [ 0 ] RAIO X [ ] SANGUE [ ] URINA [ ] TC  
[ ] LIQUOR [ ] ECG [ ] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [ ] SIM [ ] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

DATA DA SAIDA: / /

HORA DA SAIDA: :

ALTA: [ ] DECISAO MEDICA [ ] A PEDIDO [ ] EVASAO  
[ ] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO  
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

[ ] DESISTENCIA

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [ ] ATE 48HS [ ] APOS 48HS

[ ] FAMILIA [ ] IML [ ] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

Gilvan Bezerra do Nascimento  
Rec. Radiologia Médica  
CRTR 0053

Protocolo  
18-01-19  
642



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA - PORTO DA FOLHA - SE

BOLETIM DE Ocorrência

Nº: 095515/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 11/09/2019 11:16 Data/Hora Fim: 11/09/2019 11:53  
Delegado de Polícia: Neilton Rodrigues Dos Santos

DADOS DA Ocorrência

Afeto: Delegacia Municipal de Porto da Folha

Data/Hora do Fato: 18/01/2019 08:00

Local do Fato

Município: Porto da Folha (SE)  
Logradouro: LAGOA GRANDE

Bairro: Outros Povoados

CEP: 49.800-000

Tipo do Local: Área Rural

| Natureza                                | Meio(s) Empregado(s) |
|-----------------------------------------|----------------------|
| 1095: Auto lesão - Acidente de trânsito | Não Houve            |

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: ARMANDO ALVES LIMA NETO (ENVOLVIDO)

Nacionalidade: Brasileira

Sexo: Masculino

Nasc: 23/01/1990

Estado Civil: Solteiro(a)

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 022.767.185-26

Endereço

Município: Porto da Folha - SE  
Logradouro: SITIO PARAÍSO

CEP: 49.800-000

Vínculo

Pai

Envolvido(a)

Jose Aragão Lima

Tempo da Relação

0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)

Nome Civil: JOSE ARAGÃO LIMA (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: SE - Porto da Folha

Sexo: Masculino

Nasc: 07/12/1968

Profissão: Agricultor

Estado Civil: Casado(a)

Nome da Mãe: Maria de Aragão Lima

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 002.110.895-16

Endereço

Município: Porto da Folha - SE  
Logradouro: SITIO PRAZERES

CEP: 49.800-000

Vínculo

Filho(a)

Envolvido(a)

Armando Alves Lima Neto

Tempo da Relação

0 ano(s), 0 mês(es), 0 dia(s)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)



Delegado de Polícia Civil: Neilton Rodrigues Dos Santos  
Impresso por: William Jorge do Nascimento  
Data de Impressão: 11/09/2019 11:53  
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos

Neilton Rodrigues dos Santos  
Delegado de Polícia





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA - PORTO DA FOLHA - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 095515/2019

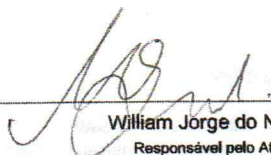
|                                              |                                                |
|----------------------------------------------|------------------------------------------------|
| <b>Grupo Veículo</b>                         | <b>Subgrupo</b> Motocicleta/Motoneta           |
| <b>Descrição</b> MOTOCICLETA                 | <b>CPF/CNPJ do Proprietário</b> 068.403.775-04 |
| <b>Placa</b> IAJ7804                         | <b>Renavam</b> 00145425517                     |
| <b>Número do Motor</b> KC16E29011537         | <b>Número do Chassi</b> 9C2KC16209R011537      |
| <b>Ano/Modelo Fabricação</b> 2009/2009       | <b>Cor</b> PRETA                               |
| <b>UF Veículo</b> Sergipe                    | <b>Município Veículo</b> Porto da Folha        |
| <b>Marca/Modelo</b> HONDA/CG150 TITAN MIX ES | <b>Modelo</b> HONDA/CG150 TITAN MIX ES         |
| <b>Veículo Adulterado?</b> Não               | <b>Quantidade</b> 1 Unidade                    |
| <b>Situação</b> Envolvido                    | <b>Última Atualização Denatran</b> 25/07/2017  |
| <b>Situação do Veículo</b> NADA CONSTA       |                                                |

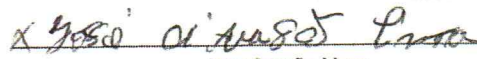
| Nome Envolvido          | Envolvimentos |
|-------------------------|---------------|
| Armando Alves Lima Neto | Proprietário  |
| Jose Aragão Lima        | Exibidor      |

RELATO/HISTÓRICO

Relata o noticiante que vinha na garupa da MOTOCICLETA, Placa IAJ7804, Chassi 9C2KC16209R011537, Núm. Motor KC16E29011537, Renavam 00145425517moto. Que seu filho o senhor Armando Alves Lima era o condutor da motocicleta, que estava se deslocando do Povoado Saco da Serra sentido sua residência localizada no Sítio Paraíso. Que ao passar por um buraco se desequilibrou da garupa da motocicleta e bateu o pé direito no asfalto, vindo a fraturar o tornozelo direito como consta a ficha hospitalar. Que veio registrar o BO para posteriormente dar entrada no seguro DPVAT.

ASSINATURAS

  
William Jorge do Nascimento  
Responsável pelo Atendimento

  
Jose Aragão Lima  
(Vítima / Comunicante)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denunciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Delegado de Polícia Civil: Neilton Rodrigues Dos Santos  
Impresso por: William Jorge do Nascimento  
Data de Impressão: 11/09/2019 11:53  
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPE - Procedimentos Policiais Eletrônicos



JOSE DE ARAGAO LIMA

ROD NITEROI, S/N. ADUORA DE PORTO DA, 49800-000

|                                |                |            |                          |
|--------------------------------|----------------|------------|--------------------------|
| Identificador/Registro/Ledante | Data da Fatura | Hidrometro | Classificação / Exemplos |
| 658001/00067                   | 24/07/2019     | A15N251147 | RES: 1                   |

|                            |                        |                            |             |
|----------------------------|------------------------|----------------------------|-------------|
| Leit. Anterior             | 307                    | HISTORICO DE CONSUMO       |             |
| Leit. Atual                | 307                    | REF                        | (m3)        |
| Consumo Faturado (m3)      | 10                     | 06/19                      | 00008       |
| Media de consumo (m3)      | 5                      | 05/19                      | 00008       |
| Ocorrência da Leitura      | 38/00 Hid. D. SemCons. | 04/19                      | 00001       |
| Data da Leit. Anterior     | 22/06/19               | 03/19                      | 00008       |
| Dias de Consumo            | 32                     | 02/19                      | 00007       |
| Media diaria (m3)          | 0.16                   | 01/19                      | 00007       |
| Previsão para Prox. Leit.  | 23/08/19               | PREVISAO DE TRIBUTOS (R\$) |             |
| INFORMACOES COMPLEMENTARES |                        | COFINS: 5.02               | PASEP: 1.31 |

|                            |       |
|----------------------------|-------|
| Serviços                   | Valor |
| AGUA                       | 37,74 |
| ESGOTO                     | 0.00  |
| 040 PARCELAMENTO DE CONTAS | 34,82 |
| 043 PARCEL. ACRES. IMPONT. | 0.00  |
| 080 MULTA P/IMPONTUALIDADE | 1.49  |
| 080 MULTA P/IMPONTUALIDADE | 1.46  |
| 091 JUROS DE MORA          | 1.81  |
| 091 JUROS DE MORA          | 1.21  |
| 094 ATUALIZACAO MONETARIA  | 0.52  |
| 094 ATUALIZACAO MONETARIA  | 0.16  |

|                         |                        |                         |
|-------------------------|------------------------|-------------------------|
| Mês Referência: 07/2019 | VENCIMENTO: 01/08/2019 | TOTAL A PAGAR R\$ 79,21 |
|-------------------------|------------------------|-------------------------|

O ATENDIMENTO PELA OUVIDORIA DA AGRESE SO OCORRERA APÓS PROTOCOLO REGISTRADO NA DESO E SERVIÇO NÃO EXECUTADO DENTRO DA DATA PREVISTA.

A falta de pagamento dessa fatura 30 (trinta) dias após seu vencimento implicará na interrupção do fornecimento de serviços - art 91, Decreto Lei nº 27.565/2010.

CANAL DE ATENDIMENTO: 0800 079 0195 - SAC: 4020-0195  
 AGÊNCIA VIRTUAL: [www.deso-se.com.br/agenciavirtual](http://www.deso-se.com.br/agenciavirtual)

Qualidade da Água Distribuída (Decreto Federal nº 5.440/2005 - Art.5º inciso I)

| Parâmetro                                                     | Turbidez | Cor | Cloro | Fúor | Coliformes Totais | Escherichia |
|---------------------------------------------------------------|----------|-----|-------|------|-------------------|-------------|
| Nº Mínimo de Amostras Exigidas                                | 33       | 10  | 33    |      | 33                | 41          |
| Nº de Amostras Analisadas                                     | 41       | 41  | 41    |      | 41                | 41          |
| Nº Mínimo de Amostras em Conformidade com Portaria 2.914/2011 | 34       | 35  | 41    |      |                   |             |

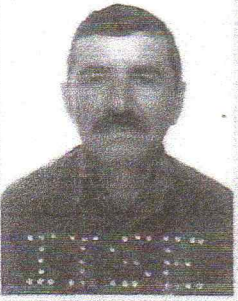
Verificação dos Parâmetros de Qualidade - Verificar



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE

RECEBIDA NA SECRETARIA DE SEGURANÇA  
COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. CARLOS ALMEIDA

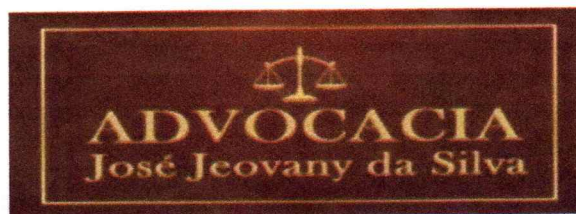


*Luiz Carlos de Souza*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Carteira

REGISTRO GERAL 1.023.973 DATA DE EXPIRAÇÃO 30/10/2014  
NOME JOSE DE ARAUJO LIMA  
FUNÇÃO ARMADEIRO ALVES LIMA  
NACIONALIDADE PARCELADA DE ARAUJO LIMA  
DATA DE NASCIMENTO 07/12/1968  
PORTO DA FOLHA-SE  
DOZ ORIENTA  
CT. CASAMENTO NR 1042 LV B 18 PL 249 V  
CART DO DIST E COM. DE PORTO DA FOLHA/SE  
002.110.873-16  
ASSIN  
LEI Nº 11.101/06  
EVENETTI F. R. F. R. DA SILVA  
Professor do Inst. de Ident. Dr. Carlos Almeida



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

**Declarante:** José de Aragão Lima brasileiro, casado, lavrador, inscrito no RG sob N. 1.023.973 SSP/SE e no CPF sob N. 002.110.895-16, residente e domiciliado na Rod. Antena, S/N, Porto da Folha/SE, CEP: 49.800-000.

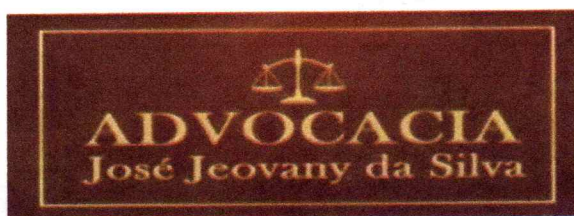
Declara, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de Fevereiro de 1950, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, desejando obter os benefícios da "Gratuidade da Justiça", que se encontra em estado de vulnerabilidade econômica e não possui recursos suficientes para custear demandas judiciais, sem prejuízo da manutenção da sua família e suas atividades.

Por ser verdade, firmo.

N. Sra. da Glória, 27 de Janeiro de 2020

José de Aragão Lima  
Assinatura





## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** José de Araújo Lima, brasileiro, casado, inscrito no RG sob N.º 1023973 SSP/SE e no CPF sob N.º 002.110.895-16, residente e domiciliado na R. Ademar Viterbi, S/N, Porto da Folha/SE, CEP: 49800-000.

**OUTORGADO:** José Jeovany da Silva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/AL, sob o n.º 12.367 e na OAB/SE, sob o n.º 889-A, CPF sob o n.º 018.386.315-18, com escritório profissional na Rua Senador Leite Neto, n.º 381, Centro, CEP: 49.680-000, Nossa Senhora da Glória/SE.

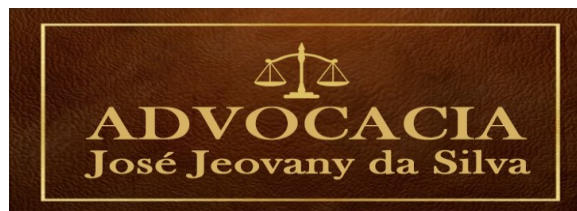
**PODERES:** pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

**FINALIDADE:** propor ação de cobrança.

N.ª Sr.ª da Glória/SE, 27 de Janeiro de 2020

x José de Araújo Lima  
Assinatura





**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
COMARCA DE PORTO DA FOLHA – SERGIPE**

**JOSÉ DE ARAGÃO LIMA**, brasileiro, casado, lavrador, portador do RG nº 1.023.973 SSP/SE e CPF nº 002.110.895-16, residente e domiciliado na Rodovia Niterói, S/N, Zona Rural, Porto da Folha/SE, CEP 49.800-000, **não possui endereço eletrônico**, por meio de seu advogado que esta subscreve (**procuração anexa**), vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 319 do CPC/2015, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DAS DIFERENÇAS DE SEGURO OBRIGATÓRIO  
DPVAT**

em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, CEP nº 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, **endereço eletrônico desconhecido**, por razões de fato e de direito a seguir delineadas:

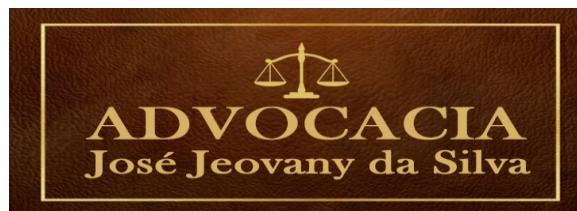
**DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

Inicialmente, afirma o Requerente que, para os fins previstos na Lei nº 1.060/50, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, pelo que requer os benefícios da gratuidade da justiça.

**DOS FATOS**

No dia 18 de Janeiro de 2019, o Requerente encontrava-se como garupa no veículo motocicleta, marca/modelo HONDA/CG 150 TITAN MIX ES, ano 2009/2009,





cor preta, placa IAJ-7804, CHASSSI 9C2KC16209R011537, Porto da Folha/SE, conduzida por Armando Alves Lima, quando ao passar por um buraco o Requerente se desequilibrou da garupa da motocicleta e bateu o pé direito no asfalto, conforme registro policial de ocorrência anexo

Destarte, o Requerente sofreu fratura no tornozelo direito em virtude deste acidente, donde o Requerente necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial (com uso de medicamentos), o que se pode constatar no relatório médico anexo.

Assim, necessitando sobremaneira de recursos financeiros para custear seu tratamento médico por conta das lesões sofridas no sinistro, bem como para garantir sua subsistência, o Requerente fez a requisição administrativa do benefício do Seguro DPVAT junto à Seguradora Líder.

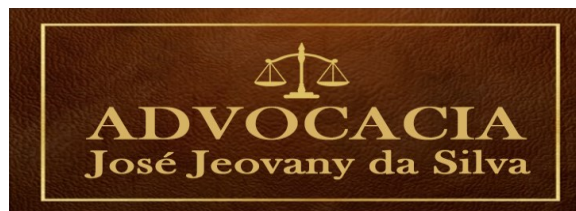
Contudo, apesar de o Requerente ter enviado a documentação necessária (boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros), a seguradora realizou pagamento concernente à indenização por invalidez do seguro DPVAT apenas no valor de R\$ 1.687,50 (um mil seiscientos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), em 11 de Outubro de 2019, valor este que é inferior ao percentual devido, por ser desproporcional à lesão sofrida, conforme será demonstrado pelos documentos anexos e pelo exame pericial.

Portanto, não restou outra alternativa ao Requerente, senão recorrer ao Judiciário para garantir uma indenização justa e compatível com o grau da lesão corporal por ele sofrida no sinistro em comento.

## **DO DIREITO**

O DPVAT se trata de um seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, constitui direito das vítimas de acidentes de trânsito, que se dá mediante o pagamento de





indenização pelos danos sofridos, necessitando para tal que se prove a existência do acidente e o dano decorrente. É o que se extrai do artigo 5º, caput, da Lei nº 6.194/74:

**Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifou-se).

Nesta linha de raciocínio, **há que se esclarecer que não se discute, nesta lide, o direito à indenização por invalidez, haja vista que já foi reconhecido o direito do Requerente e deferida tal indenização pela Requerida, a discussão restringe-se portanto ao valor devido**, pois que a seguradora apenas pagou o valor de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), em 11 de Outubro de 2019, conforme documento anexo.

Portanto, **não há que se falar em quitação da obrigação por parte da Requerida na seara administrativa, pois o quê o Requerente busca é receber justamente o valor que compreende inadimplido, pugnando tal valor por meio da tutela jurisdicional ora pleiteada através desta ação. Dessa forma, o Requerente demonstra total interesse de agir no presente feito, inclusive há entendimento já pacificado pela Corte de Justiça do Estado de Sergipe neste sentido, *in verbis*:**

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DA DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DAS SEGURADORAS. I - Preliminares. Falta de Interesse de Agir. O recibo de quitação administrativa não inviabiliza reclamação de quantia adicional judicialmente. Doutrina e jurisprudência afastam o exaurimento da via administrativa como requisito de acesso ao Judiciário, dando eficácia ao direito fundamental de ação e ao princípio do amplo acesso à Justiça. Alegação de necessidade de perícia. Insubsistente. Prova já colhida. Laudo pericial encartado aos autos. Preliminares rejeitadas. (...) III - Recurso conhecido e parcialmente provido APELAÇÃO CÍVEL Nº 11181/2012, 10ª VARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, GILSON FELIX DOS SANTOS, JUIZ(A) CONVOCADO(A), Julgado em 19/02/2013. (Grifou-se).

Vale salientar ainda, que com a inicial o Requerente anexa toda a documentação necessária a propositura da presente demanda, tais como: boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros. Pois que, a jurisprudência



mais abalizada que segue essa mesma trilha dispensa a apresentação de qualquer outro documento além dos já citados, examine:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - LAUDO DO IML - AUSÊNCIA - DESNECESSIDADE A TÍTULO DE PROPOSITURA INICIAL - POSSIBILIDADE COMPROVAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - CONCESSÃO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO - INERCIA - IMPROCEDÊNCIA. - **Tendo a parte juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.** (...). TJ-MG - Apelação Cível AC 10126130003182001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 23/02/2015. (Grifou-se).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGUROS. DPVAT. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE. SUMULA 474 DO STJ. DEFERIMENTO DA AJG PARA FINS RECURSAIS. (...). 3. **É dispensável a apresentação de laudo médico pericial com a petição inicial, eis que a prova da invalidez permanente e seu respectivo grau poderá ser realizada em sede judicial, conforme requerido pela agravante. Ademais, a autora juntou atestados médicos particulares, além do boletim de ocorrência do sinistro, documentos bastantes ao ajuizamento da ação.** RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70049792591, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 05/07/2012). (Grifou-se).

Assim, segundo a disposição contida no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, expressa nitidamente que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, causarem invalidez, a indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).  
Veja:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:  
(...)  
**II- até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.**  
(...) (Grifou-se).

Frise-se que, os incisos I e II, §1º do artigo em comento (artigo 3º, da Lei nº 6.194/74), determinam o enquadramento da invalidez segundo a tabela disposta neste mesmo diploma legal, sendo assim, nos casos de invalidez total ou invalidez permanente parcial completa a indenização deve corresponder ao percentual máximo estabelecido, e nos casos de invalidez permanente parcial incompleta os percentuais da indenização podem variar porém obedecendo aos percentuais previstos neste. Observe:



§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

I - **quando se tratar de invalidez permanente parcial completa**, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, **correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura**; e *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

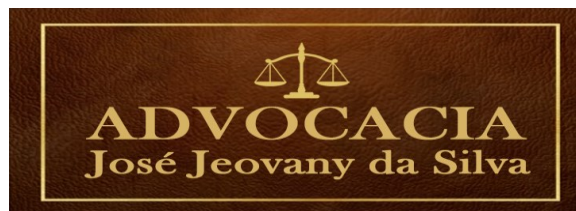
II - **quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta**, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução **proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (...) (Grifou-se).*

Mesmo assim, no presente caso o Requerente ao pleitear o benefício, foi surpreendido com o pagamento de um valor claramente inferior ao que deveria receber, tendo em vista o desrespeito da seguradora ao enquadramento estabelecido na lei que garante o pagamento de percentual determinado.

Sendo costumeiro as seguradoras pagarem um valor inferior ao do seguro obrigatório fixado em lei, geralmente sob a justificativa de que fazem a fixação do valor com base na Resolução da SUSEP, o que não se pode conceber. Pois, desta forma, as seguradoras infringem a lei, lesando os beneficiários do seguro, logo os Tribunais já tem se posicionado quanto a possibilidade de se exigir a diferença:

**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL- Complementação do pagamento do Seguro DPVAT- Acidente ocorrido em março de 2008, antes da edição da Medida Provisória 451/2008- Possibilidade de pagamento proporcional ao grau de invalidez constatado- Necessidade de realização de perícia pelo IML para aferir a extensão das lesões sofridas pela vítima- inteligência do art. 3º da Lei nº 8.441/92- Precedentes do STJ- Preliminar de nulidade da sentença acolhida- Ausência de formalidade legal prevista- Recurso conhecido e provido- Retorno dos autos ao Juízo de origem para fins de realização de exame de aferição de grau de invalidez pelo IML. TJ-SE -**





INTEIRO TEOR. APELAÇÃO CÍVEL AC 2012202671 SE (TJSE) DATA DE PUBLICAÇÃO: 12/06/2012. (Grifou-se).

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL. **AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO**. DPVAT. NATUREZA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO. ART. 206, §3º, ix, DO CÓDIGO CIVIL. **“O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada” Súmula n. 256- STJ.** “O DPVAT tem natureza de seguro obrigatório de responsabilidade civil. A ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em 3 (três) anos” Súmula n. 405- STJ. STJ-RECURSO ESPECIAL 1170587 PR 2009/0236573-1 DATA DE PUBLICAÇÃO: 18/05/2010. (Grifou-se).

Desses, também extrai-se que se trata de entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, de que para a real constatação da invalidez é indispensável a realização de perícia para demonstrar a intensidade da incapacidade da parte autora. Do quê, com base na Súmula 474 do STJ, deverá ser paga a indenização de acordo com o grau da lesão e, para tanto, deve ser realizado exame pericial para auferir-se o grau. Atente:

**Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez.** (Grifou-se).

Sendo assim, para a fixação do *quantum* indenizatório deverá ser levado em consideração o grau da invalidez do Autor, o qual será constatado por meio de exame pericial, tendo em vista a incoerência da Seguradora no pagamento do seguro obrigatório.

## DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, diante da plausibilidade do direito invocado e das razões de fato evidenciadas, passa o Requerente a formular os seguintes pedidos:

- a) A **concessão da gratuidade da justiça**, em virtude do Requerente não apresentar condições de custear o processo sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;
- b) Com fulcro no art. 334, § 5º do CPC/2015 e em observância aos princípios da celeridade processual, economia processual e boa-fé, o Requerente requer a







---

**dispensa da designação da audiência de conciliação**, haja vista que é *praxe* a não realização de acordo em audiência de conciliação nas ações ajuizadas em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.;

- c) A **citação da Requerida** para, querendo, apresentar resposta, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos acima descritos;
- d) A **designação de perito**, a fim de que por laudo pericial seja verificado o grau de invalidez do Requerente e, por consequente, a determinação do *quantum* indenizatório proporcional à lesão, **segue anexo os quesitos para realização da perícia**;
- e) Que ao final, seja a **presente ação julgada totalmente procedente, condenado a Requerida ao pagamento da complementação do seguro DPVAT pertinente, auferido a partir da análise do laudo pericial e demais documentos acostados aos autos**;
- f) A condenação da Requerida também ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor da condenação, além dos juros admitidos.

Protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, além de demais meios que se fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 28 de Janeiro de 2020.

**José Jeovany da Silva**  
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A





## **ANEXO I**

### **QUESITOS PARA PERÍCIA**

Informe o Sr. Perito:

1. Qual a parte do corpo afetada pelo acidente?
2. Qual a lesão sofrida?
3. Houve perda anatômica e/ou funcional?
4. Sendo positiva a resposta do item “3”, qual o grau da perda anatômica e/ou funcional em uma escala de 10%, 25%, 50% ou 100%?
5. Está correta a quantia paga administrativamente?
6. Sendo negativa a resposta ao item “5”, qual seria o correto valor da indenização?





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA**  
Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202080000129

**DATA:**

29/01/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA**  
Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202080000129

**DATA:**

30/01/2020

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 98 e ss. do CPC. Considerando manifesta impossibilidade autocomposição, cite-se o réu para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC. Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC).

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Porto da Folha**

Nº Processo 202080000129 - Número Único: 0000130-30.2020.8.25.0062

Autor: JOSE DE ARAGAO LIMA

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 98 e s s . d o C P C .

Considerando manifesta impossibilidade autocomposição, cite-se o réu para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC.

Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC).

Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437 , § 1 ° , N C P C ) .

Cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **HAROLDO LUIZ RIGO DA SILVA, Juiz(a) de Porto da Folha**, em 30/01/2020, às 18:37:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000209964-50**.



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA  
Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202080000129

**DATA:**

21/02/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico e dou fé que expedi carta de citação nº 833/2020.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

PORTO DA FOLHA DA COMARCA DE PORTO DA FOLHA  
Rua Augusto César Leite, Bairro Centro, Porto da Folha/SE, CEP 49800000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202080000129

**DATA:**

21/02/2020

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 202080000833 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA  
[TM4205,MD2372] <br/><br/> {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Porto da Folha  
Rua Augusto César Leite, Nº189  
Bairro - Centro Cidade - Porto da Folha  
Cep - 49800-000 Telefone - (79)3349-1229

Normal(Justiça Gratuita)



202080000833

PROCESSO: 202080000129 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0000130-30.2020.8.25.0062  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE: JOSE DE ARAGAO LIMA  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

### CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

**Finalidade:** Responder em 15 (quinze) dias.

**Despacho:** Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 98 e ss. do CPC. Considerando manifesta impossibilidade autocomposição, cite-se o réu para, querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC. Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC).

Atenciosamente,

Ilmoº (a) Sr(a)

**Nome** : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
**Residência** : Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74  
**Bairro** : Centro  
**Cep** : 20031205  
**Cidade** : Rio de Janeiro - -

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **JAILTON SANTOS JÚNIOR, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Porto da Folha**, em 21/02/2020, às 09:58:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000415407-48**.

---